



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4



Processo nº: 10.118/05 – 07 volumes

Apenso nº: 054.000.419/05 – 04 volumes

Jurisdicionada: Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF

Assunto: Tomada de Contas Especial

Órgão Técnico: Secretaria de Contas - SECONT

MP: Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Sessão: Pauta nº 90, S.O. nº 4833, de 10.12.2015

Publicação: DODF nº 233, de 7.12.2015, pág. 101/102

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar responsabilidades pelo prejuízo decorrente da percepção de salários por policiais do 14º Batalhão da jurisdicionada sem a devida contraprestação laboral. O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas. NO TRIBUNAL, foi determinada a citação dos responsáveis (Decisão nº 3.545/06-CMV). Apresentação de alegações de defesa. Improcedência da resposta oferecida e cientificação para recolhimento dos débitos (Decisão nº 4.518/07-CMV). Interposição de Recursos de Reconsideração. Provimento de alguns apelos, provimento parcial de outros e desprovimento dos demais (Decisões nºs 745/08-CJC e 7.366/09-APM). Oposição de Embargos de Declaração. Embargos conhecidos e rejeitados (Decisão nº 1.615/10-CSPM). Interposição de Recurso de Revisão. Desprovimento (Decisão nº 551/12-CRR). Irregularidade das contas, imputação de débito e aplicação de multas (Decisão nº 5.321/12-CRR). Interposição de Recursos de Revisão. Conhecimento e oitiva do Ministério Público (Decisão nº 1.436/13-CRR). Apresentação de comprovantes de pagamento e requerimento de parcelamento débitos e multas. Exame de mérito dos apelos. PARECERES CONVERGENTES: quitação do débito de alguns responsáveis, autorização de parcelamento de multa e sobrestamento dos autos. VOTO pela quitação do débito de alguns responsáveis, autorização de parcelamento da multa e desprovimento dos apelos. Impedimento/Suspeição: Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO.



RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar responsabilidades pelo prejuízo decorrente da percepção de salários por policiais do 14º Batalhão da jurisdicionada sem a devida contraprestação laboral.

2. Efetuadas as apurações devidas, foi verificado um prejuízo de R\$ 254.075,10 (valor original), pelo qual foram responsabilizados, solidariamente, diversos policiais militares daquele Batalhão.

3. O Controle Interno atestou a irregularidade das contas, conforme Certificado de Auditoria nº 013/2006 (fls. 811/812 do processo apenso).

4. No Tribunal, foram proferidas as seguintes deliberações:

DECISÃO Nº 3.545/06-CMV (fl. 60)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I – tomar conhecimento da tomada de contas especial, relevando os atrasos apontados pela instrução; II – ordenar, nos termos do art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, combinado com o art. 172 do Regimento Interno do TCDF, a citação dos militares nominados no: a) parágrafo 12 (fls. 46 a 49), para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem defesa quanto aos fatos apurados no Processo GDF nº 054.000.419/05 ou, se preferirem, recolherem desde logo o valor atualizado do débito apurado na referida tomada de contas especial, cuja responsabilidade lhes é atribuída; b) parágrafo 14 (fl. 49), para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem defesa quanto aos fatos apurados no Processo GDF nº 054.000.419/05 ou, se preferirem, recolherem desde logo o valor atualizado do débito apurado na tomada de contas especial em exame, cuja responsabilidade lhes é atribuída de forma solidária com os militares referidos na alínea anterior.”
(grifei)

DECISÃO Nº 4.518/07-CMV (fl. 281)

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - nos termos do art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 01/94, **considerar revéis**, para todos os efeitos, o 3º Sargento Gilberto Alves Mesquita e o 1º Tenente Klepter Rosa Gonçalves,*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Fls.:

Proc.: 10.118/05

Rubrica

*por não terem atendido, respectivamente, às Citações nºs 037/06.c-1ª ICE (fl. 198) e 053/06-1ª ICE (fls. 62 e 62-verso), determinadas pela Decisão nº 3545/2006; II - tomar conhecimento das defesas apresentadas pelos demais militares nominados à fl. 238, para, no mérito, negar-lhes provimento, visto que os argumentos oferecidos são insuficientes para descaracterizarem as irregularidades por eles praticadas, apuradas na tomada de contas especial em apreço; III - **determinar, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Complementar nº 01/94, a cientificação dos responsáveis a que se referem os itens anteriores, para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolherem o valor atualizado do débito apurado, na forma em que foi imputado, observada a solidariedade definida nos autos; IV - autorizar a devolução dos autos à Primeira Inspeção de Controle Externo, com vistas à adoção das providências pertinentes.**" (grifei)*

DECISÃO Nº 5335/07-CMV (fl. 295)

*"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – **conhecer do pedido de reconsideração interposto pelo Sr. MARCELO PAES LANDIM** (fls. 282 a 287), suspendendo, nos termos do art. 34 da Lei Complementar nº 1/94, os efeitos da deliberação consubstanciada na Decisão nº 4518/2007, no que diz respeito ao referido cidadão; II – dar ciência desta decisão ao nominado interessado, informando-lhe que o recurso em apreço pende de exame de mérito; III – devolver os autos à 1ª Inspeção de Controle Externo, para o exame do mérito do recurso em causa."* (grifei)

DECISÃO Nº 745/08-CJC (fl. 313)

*"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - **negar provimento ao Recurso de Reconsideração de que trata o item I da Decisão nº 5.335/2007, mantendo inalterado os termos da Decisão nº 4.518/2007**; II - dar ciência ao representante legal do recorrente do teor desta decisão; III - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes."* (grifei)

DECISÃO Nº 5669/08-CMV (fl. 515)

*"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – **conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pelos interessados nomeados nos documentos de fls. 366/482, 489/496 e 502/507**, suspendendo, nos termos do art. 34 da Lei Complementar nº 1/94, os efeitos da deliberação objeto da Decisão nº 4518/2007, relativamente à parte que lhes diz respeito; II - dar ciência desta decisão aos referidos cidadãos, informando-lhes que os recursos em apreço pendem de exame de mérito; III – devolver os autos à 1ª ICE, para o exame do mérito dos*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4



recursos em causa.”

DECISÃO Nº 7.366/09-APM (fl. 572)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: **I. tomar conhecimento da documentação acostada às fls. 314/523; II. no mérito: a) dar provimento ao recurso apresentado pelo 1º SGT PM Vilmar Isidro da Silva, no que pertine à sua responsabilização solidária com o SDPM João Vieira Gonçalves Neto (R\$ 562,66, que atualizado até maio de 2006 perfaz a quantia de R\$ 956,92), pelos motivos anotados no parágrafo 47 do parecer do Ministério Público; b) dar provimento parcial ao recurso apresentado pelo SD PM João Vieira Gonçalves Neto, no que pertine à sua responsabilização para reduzi-la a R\$ 669,84 (valor atualizado), conforme parágrafo 46 do parecer do Ministério Público; c) negar provimento aos Recursos de Reconsideração interpostos pelos demais militares: 3º SGT PM Mardi Mohammad Sahori, 1º SGT PM Vilmar Pinto Monteiro, SD PM José Reinaldo de Sousa, SD PM Hélio Alves dos Santos, SD PM Luciano Alves de Santana, CB PM Pedro Malaquias Barros, 3º SGT PM Gilberto Alves de Mesquita, SD PM Gilvan Mateus de Oliveira, Maj. QOPM João Batista Borges, 3º SGT PM Sebastião Lobo da Cruz Junior, SD PM Aguimar Alves de Jesus Filho, 2º Ten PM Vilson Batista Pereira, CB PM Juvêncio de Oliveira Lazio e 3º SGT PM Jocilon Barbosa Pires de Souza; III. cientificar os militares citados no inciso anterior do teor desta decisão e determinar que, em novo prazo de 30 (trinta) dias, recolham aos cofres distritais os valores atualizados dos débitos apurados (R\$ 509.346,91, fls. 523), na forma em que foram imputados e observada a solidariedade definida nos autos; IV. autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para adoção das providências de estilo.” (grifei)**

DECISÃO Nº 1.615/10-CSPM (fl. 594)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I. conhecer dos Embargos de Declaração opostos, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo inalterados os termos da Decisão nº 7.366/09; II. dar ciência desta decisão aos embargantes; III. determinar o retorno dos autos à 1ª ICE, para os fins devidos.”** (grifei)

DECISÃO Nº 5894/10-CMV (fl. 669)

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: **I – tomar conhecimento, nos termos do art. 36 da Lei Complementar nº 1/94, dos recursos de revisão interpostos pelos Srs. JOSÉ REINALDO DE SOUSA e AGUIMAR ALVES DE JESUS FILHO (fls. 650 a 660) contra a Decisão nº 4518/2007, com**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Fls.:

Proc.: 10.118/05

Rubrica

relação aos peticionários, sem suspensão do efeito da deliberação recorrida; II – dar ciência desta decisão aos nominados cidadãos e à Polícia Militar do Distrito Federal, informando-lhes que os recursos em apreço pendem de exame de mérito; III – devolver os autos à 1ª Inspeção de Controle Externo, para o exame do mérito dos recursos em causa. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 134, inciso II, do CPC.”

DECISÃO Nº 551/12-CRR (fl. 549)

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da instrução de fls. 685/688 e do parecer do Ministério Público junto à Corte às fls. 536/539; **II - negar provimento aos recursos interpostos pelos militares José Reinaldo de Sousa e Aguiar Alves de Jesus Filho, disso dando ciência aos interessados;** III - autorizar a remessa dos autos à Secretaria de Contas, para que, após adoção das medidas apontadas no item anterior, encaminhe o feito ao Relator original.” (grifei)*

DECISÃO Nº 5.321/12-CRR (fl. 774/775)

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 640/645, 649 e 675/676; II - indeferir a solicitação de sobrestamento dos efeitos da Decisão nº 7.366/2009, formulada pelo 3º SGT PM JOCILON PIRES DE SOUZA, presente no documento de fls. 675/676, em razão da independência das instâncias civil, penal e administrativa; **III - com esteio no inciso III, alíneas “b” e “c”, do art. 17 da Lei Complementar n.º 1/94, julgar irregulares as contas dos policiais militares envolvidos, condenando-os ao recolhimento aos cofres do Distrito Federal do valor de R\$ 589.304,27 (quinhentos e oitenta e nove mil e trezentos e quatro reais e vinte e sete centavos), atualizado monetariamente desde 04.04.2012 até a data do efetivo ressarcimento, em razão da percepção de salários sem a devida contraprestação dos serviços, conforme apurado no Processo nº 054.000.419/2005;** IV - em consequência, autorizar: a) a notificação dos policiais militares responsabilizados, nos termos do art. 26 da citada norma, com vistas a efetuar e comprovar, no prazo de 30 (trinta) dias, o recolhimento do débito a eles imputados na TCE em exame, constantes do demonstrativo de fl. 711, já atualizados para o ano de 2012, observando a solidariedade; b) o parcelamento da dívida para os policiais militares subscritores dos requerimentos de fls. 640/641, 645 e 649, nos termos do art. 27 da LC nº 1/94, observando a sistemática de descontos estipulada pela Decisão nº 4.463/2004 c/c a Emenda Regimental nº 13/03, dando ciência disso aos interessados e à PMDF; c) desde logo, caso não atendida, no prazo concedido, a*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Fls.:

Proc.: 10.118/05

Rubrica

notificação, objeto da alínea “a” deste item, à PMDF para adotar as providências cabíveis com vistas à implementação dos descontos integrais ou parcelados da dívida nos vencimentos dos responsáveis, nos termos do art. 29, inciso I, da LC nº 1/94, devendo ser observada a sistemática prevista na Decisão nº 4.463/2004 c/c a Emenda Regimental nº 13/03; V - com fundamento no art. 57, I, da Lei Complementar nº 1/1994 c/c o art. 181 do RI/TCDF, aplicar multa individual nos valores fixados nos acórdãos apresentados pelo Relator, notificando os policiais militares apenados para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, comprovem perante este Tribunal o recolhimento dos respectivos valores aos cofres do Distrito Federal; VI -aprovar, expedir e mandar publicar os acórdãos apresentado pelo Relator; VII- autorizar a devolução dos autos à Secretaria de Contas, para as providências pertinentes.” (grifei)

DECISÃO Nº 1436/13-CRR (fl. 1071)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - conhecer dos Recursos interpostos pelos interessados relacionados na tabela de fls. 1058/1059, como Recurso de Revisão, em face da Decisão nº 5.321/201; II - determinar a remessa dos autos ao Ministério Público junto à Corte para manifestação acerca das razões recursais, na qualidade de custos legis, a teor do que dispõe o § 1º, inciso I.b, do art. 191 do RI/TCDF; III - autorizar a devolução dos autos à Secretaria de Contas, após o pronunciamento do órgão ministerial.

5. Nesta fase examina-se o mérito dos apelos e o requerimento de fl. 1144 por meio do qual o Sr. Pedro Malaquias Barros solicita o parcelamento do débito e da multa a ele impostos pelos Acórdãos nºs 285/12 e 301/12 (fls. 776 e 792).

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO:

6. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 46/14 – SECONT/1ªDICONT (fls. 1.207/1.220), analisa a matéria nos termos seguintes:

“I - DO MÉRITO DOS RECURSOS DE REVISÃO²

I.1 – Dos militares Hélio Alves dos Santos, Gilvan Mateus de

² Com o objetivo de propiciar maior concisão e fluidez ao texto, os recursos foram agrupados em razão de suas semelhanças.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.4

Fls.:

Proc.: 10.118/05

Rubrica

Oliveira, João Batista Borges e Jocilon Barbosa Pires de Souza (fls. 827/831 e anexos de fls. 832/859; fls. 896/900 e anexos de fls. 901/936; fls. 974/982 e anexos de fls. 983/1016; fls. 1017/1022 e anexos de fls. 1023/1057)

7. *Alegação: Os recorrentes alegaram que o direito da ação de ressarcimento objetivado pelo Tribunal foi atingido pela prescrição, visto que o tempo entre a ocorrência dos fatos (1999) e a instauração do presente processo de tomada de contas especial (2005) ultrapassou o prazo de cinco anos.*

8. *Análise: O entendimento do Tribunal é no sentido de que as ações de ressarcimento de dívidas com a Administração Pública, decorrentes de prejuízos causados ao erário, não são passíveis de prescrição, ante o disposto no art. 37, § 5º, "in fine", da Constituição Federal, consoante consignado nas Decisões nºs 5.374/1998 e 3.038/1999 (Processos nºs 7.094/1991 e 266/1990, respectivamente). No caso em tela, restou configurado nos autos que o militar João Batista Borges, ex-Comandante do 14º Batalhão de Polícia Militar, dispensou indevidamente do serviço os militares Hélio Alves dos Santos, Gilvan Mateus de Oliveira e Jocilon Barbosa Pires de Souza, entre outros, contribuindo todos eles para o prejuízo sofrido pelo erário. Nesse sentido, entendemos improcedente a alegação dos recorrentes.*

9. *Alegação: Os militares Hélio Alves dos Santos, Gilvan Mateus de Oliveira e Jocilon Barbosa Pires de Souza entenderam ter havido a superveniência de fatos novos, quais sejam, sua absolvição na esfera criminal em relação ao descrito nos itens 1.2, 1.8, 1.9 e 1.10³ da sentença juntada às fls. 833/858, o primeiro com espeque na alínea "b" do art. 439 do Código de Processo Penal Militar-CPPM, e os demais, na alínea "e" do mesmo dispositivo⁴. O militar João Batista Borges também entendeu que surgiram fatos novos com sua absolvição na esfera criminal da maioria das acusações*

³ "1.2. ... entre dezembro até o final de 1999, o 1º denunciado indevidamente **dispensou do serviço efetivo** o denunciado Sd. QPPMC Hélio Alves dos Santos, **simulando que o mesmo estava lotado na garagem da UPM, onde não cumpria qualquer tipo de escala**, para que o soldado angariasse material de construção e peças de viatura para a unidade junto à comunidade.

(...)

1.8. O Maj. Borges indevidamente dispensou o denunciado 2º SGT QPPMC Jocilon Barbosa Pires de Souza do serviço policial militar (...), recebendo, em troca, material de construção e 60 (sessenta) caixas de cerveja para dois churrascos realizados na Unidade, além de outras 'doações' feitas pelo bar de propriedade da noiva do Sgt. Jocilon.

1.9. Em março e abril de 1999, o Sgt. Jocilon também foi dispensado (...)

1.10. (...) Para não punir o SD Mateus, o Maj. Borges solicitou a indevida vantagem da 'doação' de uma porta de aço para o 14º BPM. O SD Mateus deu a porta de aço e o Maj. Borges deixou de praticar ato de ofício, não punindo o subordinado."

⁴ Art. 439. O Conselho de Justiça absolverá o acusado, mencionando os motivos na parte expositiva da sentença, desde que reconheça:

(...)

b) não constituir o fato infração penal;

(...)

e) não existir prova suficiente para a condenação;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4



apontadas na denúncia feita pelo Ministério Público, conforme consignado às fls. 857/858.

10. Análise: Preliminarmente, cabe salientar que, ainda que a ação movida pelo Ministério Público tenha objeto similar ao fato ora em discussão na presente TCE, vale salientar que resta consagrado na doutrina e na jurisprudência dos tribunais nacionais que as apurações nas esferas civil, criminal e administrativa correm de forma independente.

11. No mesmo sentido, esta Corte tem adotado entendimento de que o servidor que causar dano ao erário está sujeito a sofrer tríplice responsabilidade (civil, penal e administrativa), cujas apurações e apenações são independentes umas das outras e não necessitam ser harmônicas, conforme expressamente disposto no item 2 da Decisão nº 1.257/2005.

12. Uma exceção à regra da independência e autonomia das esferas ocorre quando a sentença penal conclui pela negativa de autoria ou inexistência do fato, impossibilitando, então, que o réu seja condenado na esfera civil ou administrativa pelo mesmo motivo, conforme se depreende do art. 935 do Código Civil⁵ e dos artigos 125 e 126 da Lei nº 8112/1990⁶.

13. No caso em tela, na sentença exarada na Ação Penal nº 2000.01.1.024000-9, constata-se que o Poder Judiciário não negou a ocorrência das condutas dos recorrentes ou a sua autoria, apenas considerou que elas não constituíam os crimes de corrupção passiva ou ativa descritos nos arts. 308 e 309, CPM⁷, fl. 839, e

⁵ Código Civil: Art. 935. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

⁶ Lei 8.112/90:

Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si;
Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria;

⁷ Corrupção passiva

Art. 308. Receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

Aumento de pena

§ 1º A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o agente retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

Diminuição de pena

§ 2º Se o agente pratica, deixa de praticar ou retarda o ato de ofício com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

Corrupção ativa

Art. 309. Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou vantagem indevida para a prática, omissão ou retardamento de ato funcional:

Pena - reclusão, até oito anos.

Aumento de pena

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem, dádiva ou promessa, é retardado ou omitido o ato, ou praticado com infração de dever funcional.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Fls.:

Proc.: 10.118/05

Rubrica

reconheceu a “atipicidade imputada aos acusados”. No que tange ao militar João Batista Borges, na mesma ação foi considerada suficiente a prova para sua condenação pelo crime de concussão (art. 305, CPM⁸), em relação ao descrito nos itens 2 e 2.1 da citada denúncia⁹.

1.2 – Do militares Luciano Alves de Santana e Gilberto Alves de Mesquita (fls. 860/870; fls. 937/945)

14. Alegação: Os recorrentes afirmaram ter sido absolvidos na Ação Penal nº 2000.01.1.024000-9, por insuficiência de prova, em relação ao descrito nos itens 1.3 e 1.11¹⁰, respectivamente, da denúncia realizada pelo Ministério Público (art. 309, único, CPM⁷), e acrescentaram que tal decisão deve estender-se sobre a esfera administrativa.

15. Análise: Conforme salientado anteriormente, é pacífico nesta Corte de Contas e na doutrina que as esferas civil, penal e administrativa não se confundem, em que pese possam, em relação à materialidade dos fatos e autoria, influenciar-se. Para fins de responsabilização administrativa em sede de TCE não é necessária a comprovação do ilícito penal, bastando a comprovação do dano ao erário e da autoria, o que restou configurado no caso dos recorrentes.

16. No caso da multicitada Ação Penal, conforme visto, a absolvição dos recorrentes se deu por insuficiência de provas, não se enquadrando, portanto, em nenhuma das duas hipóteses mencionadas no parágrafo 12 (negativa de autoria ou inexistência do fato). Por conseguinte, a decisão judicial não repercute sobre as decisões desta Corte afetas ao caso em apreço.

17. Alegação: Os militares aduziram que seus depoimentos foram colhidos sem o direito ao contraditório, acarretando cerceamento de defesa; que o ônus da prova deve recair sobre a Administração, o que, segundo eles, não ocorreu; e que devem ser dispensados do ressarcimento dos alegados prejuízos, em razão da ausência de

⁸ Concussão

Art. 305. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

⁹ 2. Em março ou abril de 1998,..., o 1º denunciado, Maj. Borges, exigiu que o SD QPPMC Alcemir Gebrim Alves lhe desse o quantitativo de carne equivalente a uma novilha para ser consumido em um churrasco de confraternização, em troca do 1º denunciado não transferir a praça daquela UPM em virtude de punição disciplinar...

2.1. ... A carne foi utilizada no churrasco oferecido pelo Maj. Borges e o SD Gebrim não foi transferido.

¹⁰ 1.3. No período de agosto de 1999 a 21 de janeiro de 2000, o Maj. Borges indevidamente dispensou do serviço o denunciado SD QPPMC Luciano Alves Santana, à época proprietário de uma oficina mecânica em Planaltina/GO, recebendo, em troca, o conserto das viaturas do 14º BPM em sua oficina, tendo o SD Luciano realizado o conserto, às suas expensas, de pelo menos duas viaturas daquela UPM.

1.11. ... O Maj. Borges transferiu o CB Gilberto para o expediente do 14º BPM, ..., recebendo, em troca, a indevida vantagem de R\$ 100,00 (cem reais) para compra de peças para as viaturas e 10 (dez) sacos de cimento para obras no 14º BPM.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Fls.:

Proc.: 10.118/05

Rubrica

má-fé. Além disso, o militar Luciano Alves de Santana alegou que, na quantificação do prejuízo, não foram considerados os dias em que os proventos lhe eram devidos por encontrar-se afastado em razão de dispensa do serviço, férias, abono, licença.

18. Análise: Quanto ao contraditório e à ampla defesa, cabe salientar que a fase interna da TCE é mero procedimento administrativo apuratório, anterior à formação plena do processo, sendo a garantia constitucional à ampla defesa e ao contraditório apenas recomendável, mas não obrigatória¹¹. Na fase externa, que se desdobra perante o órgão julgador, após a citação válida, o responsável terá, necessariamente, assegurado tal direito, tenha ou não isso ocorrido na fase interna, pois, tecnicamente, o momento de defesa ocorre perante o Tribunal (fase externa). No presente caso, os recorrentes estão fazendo pleno uso do seu direito à ampla defesa e ao contraditório com a apresentação, no caso do primeiro, da defesa de fls. 211/213 e peças de fls. 374/381 e 860/870 e, no caso do segundo, do recurso de fls. 937/945.

19. No que tange ao ônus da prova, nos termos do inciso II do art. 333 do CPC¹², incumbe ao réu o ônus da prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da Administração Pública ver-se ressarcida do prejuízo em tela. Portanto, como os recorrentes não trouxeram quaisquer provas do exercício de suas atividades militares, reputamos improcedentes suas alegações.

20. Com relação à ausência de má-fé, ainda que o Tribunal não tenha adentrado nesse mérito no presente caso, não se pode também defender presumível a boa-fé dos recorrentes. Ademais, é pacífico o entendimento nesta Corte de que, nem sempre, a boa-fé é motivo suficiente para autorizar a dispensa do ressarcimento de prejuízos.

21. No que se refere à alegação acerca da quantificação do prejuízo, encontra-se consignado no item 03 do Relatório Preliminar da Comissão de TCE, fl. 709, que o defendente permaneceu ilegalmente dispensado da Corporação no período de agosto/1999 a janeiro/2000. Em que pese as inúmeras oportunidades para esclarecimentos, defesas e recursos, tanto na fase interna quanto na fase externa da TCE, o militar deixou de apresentar documentos e/ou provas que demonstrassem a legalidade de seu afastamento, tendo o próprio defendente declarado no Termo de Inquirição de Testemunha, à fl. 87*, que suas férias tiveram início em 10/02/2000,*

¹¹ Decisão nº 5.257/2005, item III.

¹² Art. 333. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Parágrafo único. É nula a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova quando:

I - recair sobre direito indisponível da parte;

II - tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.

* Processo nº 054.000.419/2005, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4



ou seja, em data posterior ao período apontado pela comissão apuradora.

22. O TCDF fixou entendimento por meio da Súmula nº 79 que:

“Nos casos de valores pagos a maior, se a impugnação nada disser sobre o seu ressarcimento, a causa da ilegalidade deverá ser avaliada pela Administração, dispensando-se a restituição do indébito na hipótese de falha na interpretação da norma legal de regência, salvo se houver erro crasso de procedimento”.

23. Não configurando, portanto, a situação em tela falha na interpretação de norma, não há falar em dispensa de ressarcimento de danos.

I.3 – Dos militares Wagner Gomes da Silva e Adelino Carlos dos Santos (fls. 871/881 e 964; fls. 882/895)

24. **Alegação:** Os recorrentes alegaram ter havido violação da coisa julgada, haja vista que, nas duas tomadas de contas especiais objetos dos Processos nºs 054.002.160/2001 e 054.000.419/2005, instauradas com o objetivo de apurar a percepção indevida de salários, foram exaradas decisões antagônicas (Decisões nºs 3.962/2003 e 5.321/2012, respectivamente), sendo a primeira no sentido do encerramento por ausência de prejuízo e a segunda, da responsabilização do militar.

25. **Análise:** Improcedente a alegação dos militares, visto que os dois processos possuem objetos distintos. O primeiro foi instaurado para apurar possíveis prejuízos ao erário decorrentes de acúmulo de vencimentos, em razão de posse de servidor em cargo da ex-Fundação Educacional do Distrito Federal, e o segundo, para apurar prejuízo decorrente da percepção de salários sem a devida contraprestação laboral. Nesse sentido, não há empecilhos para que as decisões adotadas nos aludidos processos tenham sentidos diversos.

26. **Alegação:** Os demais argumentos trazidos pelos recorrentes são idênticos aos apresentados nos recursos dos militares apontados no item I.2, retro, os quais já foram analisados e considerados improcedentes.

27. **Alegação:** Por meio do documento à fl. 964, o militar Wagner Gomes da Silva requereu emenda a seu pedido de revisão de fls. 871/881 solicitando o sobrestamento da Decisão nº 5.321/2012 até o julgamento do mérito da Ação Declaratória nº 2013.01.1.024276-0.

28. **Análise:** A mencionada ação já possui julgamento de mérito e o pedido formulado pelo aludido militar e pelo Senhor Adelino Carlos dos Santos foram considerados procedentes somente em relação



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Fls.:

Proc.: 10.118/05

Rubrica

à suspensão dos descontos dos valores por eles devidos, em razão do entendimento de que seria admitido à Administração apenas a constituição de título executivo contra o devedor e o ajuizamento da correspondente ação de execução, conforme sentença acostada às fls. 1.204/1.205. Dessa forma, se encontra prejudicada a solicitação do recorrente.

29. Ademais, de acordo com o disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 01/1994, no caso em tela “A decisão do Tribunal (...) torna a dívida líquida e certa e tem eficácia de título executivo, (...)”, podendo a Corte, expirado o prazo de notificação a que se refere o art. 26, sem manifestação do responsável, determinar o desconto integral ou parcelado da dívida em seus vencimentos, salários ou proventos, observados os limites previstos na legislação pertinente, nos termos do inciso I do art. 29, todos do mesmo diploma legal.

I.4 – Do militar Mardi Mohammad Sahori – fl. 949

30. Alegação: O recorrente solicitou o cancelamento da multa que lhe foi aplicada, tendo em vista ter requerido o desconto parcelado de seus débitos junto ao erário em seus vencimentos, conforme documento à fl. 645, o que foi acolhido pelo item IV-b, da Decisão nº 5.321/2012, fls. 774/775.

31. Análise: A atribuição de responsabilidade para recolhimento do débito e a aplicação da multa não se confundem, visto que a primeira derivou da percepção de salários sem a devida contraprestação dos serviços, conforme o Acórdão nº 297/2012, fl. 788, e a segunda, da prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, como também dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, de acordo com o Acórdão nº 301/2012, fl. 792.

32. No caso do defendente, seu requerimento de fl. 645 contemplou somente o montante correspondente ao dano ao erário, cujo parcelamento foi autorizado pela Corte, conforme item IV, alínea “b”, da Decisão nº 5.321/2012, fls. 774/775. A SECONT, em razão da solicitação contida no Ofício nº 497/2013-SsDCF, fl. 950, providenciou a remessa de cópia do Processo nº 054.000.419/2005 à PMDF, com vistas ao cumprimento dos descontos determinados na aludida decisão, conforme noticiado no expediente à fl. 965. Dessa forma, resta ao militar recolher aos cofres distritais a multa que lhe foi aplicada nos autos, no valor fixado no Acórdão nº 301/2012, fl. 792.

I.5 – Do militar Sebastião Lobo da Luz Júnior (fls. 955/963)

33. Alegação: O recorrente alegou que o fato de não ter sido denunciado comprova que não praticou o crime a ele imputado nos autos, restando clara a negativa de autoria de sua parte.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Fls.:

Proc.: 10.118/05

Rubrica

Acrescentou, ainda, que os depoimentos foram colhidos sem o direito ao contraditório, acarretando cerceamento de defesa; que o ônus da prova deve recair sobre a Administração; e que é desnecessária a repetição do indébito, em razão da ausência de má-fé.

34. Análise: Equivocada a alegação de negativa de autoria, haja vista que a ausência de denúncia não implica que o militar não tenha praticado a irregularidade que lhe foi imputada nos autos. As demais alegações coincidem com as trazidas por outros militares, tendo sua análise sido realizada nos §§ 17 a 23 desta Instrução. Nesse sentido, não deve ser dado provimento ao recurso apresentado.

II - DAS CONCLUSÕES

35. No mesmo sentido que as contrarrazões apresentadas pelo MPJTCD no Parecer nº 0377/2013-DA, fls. 1.072/1.077, após a análise dos recursos de revisão interpostos, compreendemos improcedentes os argumentos apresentados pelos militares Hélio Alves dos Santos, Luciano Alves de Santana, Wagner Gomes da Silva, Adelino Carlos dos Santos, Gilvan Mateus de Oliveira, Gilberto Alves de Mesquita, Mardi Mohammad Sahori, Sebastião Lobo da Luz Júnior, João Batista Borges e Jocilon Barbosa Pires de Souza. Dessa forma, caberia sugerir ao Plenário que, no mérito, lhes negue provimento.

36. Todavia, foram acostadas aos autos as Notas nºs 174, 180 e 227/2013-CJP, fls. 1.080, 1.119 e 1.147, e os documentos às fls. 1.079, 1.081/1.118, 1.120/1.143, 1.146 e 1.148/1.202, os quais dão conta da Ação Anulatória nº 2013.01.1.034682-7 com Agravo nº 2013.00.2.008062-6 e da Ação Declaratória nº 2013.01.1.024276-0, que tratam de matéria análoga à abordada nestes autos.

37. Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, constatamos que ainda não foi exarada sentença na Ação 2013.01.1.034682-7, em que pese o andamento de “conclusos para julgamento” em 10/02/2014, fl. 1.206.

38. Dessa forma, considerando o teor da Nota nº 174/2013-CJP, fl. 1.080, no sentido de sustar os efeitos da Decisão nº 5.321/2012 quanto aos interessados nominados na ação mencionada no parágrafo anterior até o aguardo de decisão final no referido processo judicial, somos por que o Tribunal sobreste o julgamento de mérito dos recursos de revisão interpostos pelos militares relacionados às fls. 1058/1059 até a decisão final da Ação Anulatória nº 2013.01.1.034682-7.

III – OUTRAS CONSIDERAÇÕES

39. Às fls. 946/948 e 966, respectivamente, os militares Vilmar Pinto Monteiro e Klepter Rosa Gonçalves apresentaram, em março/2013,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Fls.:

Proc.: 10.118/05

Rubrica

comprovantes de quitação das multas que lhe foram aplicadas pelo item V da Decisão nº 5.321/2012, fls. 774/775, e pelo Acórdão nº 301/2012, fl. 792, no valor individual de R\$ 1.160,00 (um mil, cento e sessenta reais). Em que pese a ausência da correção monetária dos valores ao tempo dos recolhimentos, entendemos, pelo princípio da economicidade, e ainda em razão de que ambos somente foram cientificados da decisão em 2013, fls. 819 e 823 dos autos, que a Corte possa considerá-los quites com o erário distrital quanto à aludida multa.

40. Por meio do Ofício nº 488/2013 – SsDCF e anexos, fls. 951/954, a PMDF encaminhou à Corte a documentação de quitação do débito solidariamente imputado aos militares Klepter Rosa Gonçalves e Vilmar Pinto Monteiro por meio do Acórdão nº 299/2012, fl. 790, no valor atualizado de R\$ 827,67 (oitocentos e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos), fl. 952, devendo ser-lhes dada a correspondente quitação.

41. Foi acostado à fl. 1.144 o pedido de parcelamento, em 10 parcelas mensais iguais, dos valores do débito e da multa imputados ao militar Pedro Malaquias Barros, apontados nos Acórdãos nºs 285/2012 e 301/2012, fls. 776 e 792. Assim, sugeriremos que o Tribunal, com fulcro no art. 27 da LC nº 01/1994, autorize o referido parcelamento na forma solicitada, devendo o saldo devedor ser atualizado em janeiro de cada ano, a partir de 2013, nos termos da Lei Complementar nº 435/2001.”

7. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

“I. tomar conhecimento dos documentos acostados às fls. 1.079/1.143, 1.146/1.202 e 1.204/1.206, bem como do Parecer nº 0377/2013-DA, fls. 1.072/1.077;

II. conhecer o Ofício nº 488/2013-SsDCF e anexos, fls. 951/954, e os documentos juntados às fls. 946/948, 966 e 1.144;

III. sobrestar o julgamento de mérito dos recursos de revisão interpostos pelos militares relacionados às fls. 1058/1059 até a decisão final da Ação Anulatória nº 2013.01.1.034682-7;

IV. considerar os militares Vilmar Pinto Monteiro e Klepter Rosa Gonçalves quites com o erário distrital no tocante ao débito e às respectivas multas que lhes foram imputados pela Decisão nº 5.321/2012 (Acórdãos nºs 299/2012 e 301/2012);

V. com fulcro no art. 27 da LC nº 01/1994, autorizar o parcelamento, na forma solicitada, do débito e da multa imputados ao militar nominado no parágrafo 41 desta, por meio dos Acórdãos nºs 285/2012 e 301/2012, fls. 776 e 792, devendo o saldo devedor ser atualizado em janeiro de cada ano, a partir de 2013, nos termos da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4



Lei Complementar nº 435/2001, até a completa extinção da dívida;

VI. dar ciência ao interessado e à PMDF da autorização de parcelamento mencionada no item anterior;

VII. autorizar:

a) o encaminhamento de cópia do expediente de fl. 1.144 à PMDF, com vistas à implementação dos descontos nos proventos do militar nominado no parágrafo 41 desta Instrução;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

8. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 372/14 (fls. 1.221/1.224), da lavra do Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, endossa as sugestões apresentadas pela Unidade Técnica. Do mencionado Parecer, destaco o seguinte trecho:

“3. No Parecer nº 0377/2013-DA, examinei as razões recursais de fls. 827/831 (anexos de fls. 832/859) – Hélio Alves dos Santos; 860/870 – Luciano Alves Santana; 871/881 e 964 – Wagner Gomes da Silva; 882/895 – Adelino Carlos dos Santos; 896/900 (anexos de fls. 901/936) – Gilvan Mateus de Oliveira; 937/945 – Gilberto Alves de Mesquita; 949 – Mardi Mohammad Sahori; 955/963 – Sebastião Lobo da Luz Júnior; 974/982 (anexos de fls. 983/1016) – João Batista Borges; e 1017/1022 (anexos de fls. 1023/1057) – Jocilon Barbosa Pires de Souza. Eis a manifestação:

8. O Sr. Mardi Mohammad Sahori solicitou o cancelamento da multa que lhe foi aplicada em razão de já ter solicitado e autorizado o desconto parcelado do débito em seu contracheque, o que foi acolhido pela Corte por meio da Decisão nº 5.321/2012. Sobre a questão, a repetição do indébito não se confunde com a multa aplicada. A devolução tem causa na percepção indevida de salários, sem a devida contraprestação laboral, a teor do Acórdão nº 297/2012 (788). A penalidade tem por fundamento a “prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, ou antieconômico, como também dano ao Erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico” que resultou na irregularidade das contas do recorrente, conforme Acórdão nº 301/2012 (fl. 792), razão



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.4



pela qual não deve prosperar as razões recursais do militar.

9. Os Srs. Hélio Alves dos Santos, Gilvan Mateus de Oliveira, João Batista Borges e Jocilon Barbosa Pires de Souza alegaram que ocorreu a prescrição para cobrança dos débitos imputados nesta TCE, uma vez que foi ultrapassado o prazo de cinco da ocorrência dos fatos (1999) até a instauração da TCE (2005) e, desta, até prolação da Decisão nº 5.321/2012. Na visão Ministerial, o direito de a Administração buscar o devido ressarcimento de dívidas decorrentes de eventuais prejuízos causados ao erário não é atingido pelo princípio da prescrição, a teor do disposto no artigo 37, § 5º, **in fine**, da Constituição Federal, consoante entendimento pacificado na Decisão nº. 5.374/1998. Nos autos restou devidamente comprovado que os militares envolvidos, com a participação do Comandante do Batalhão na dispensa do serviço, de fato, perceberam remuneração sem a devida contraprestação laboral. Os documentos e depoimentos coligidos demonstram que, tanto os militares que foram ilegalmente dispensados quanto os militares que os dispensaram, contribuíram decisivamente para a ocorrência do prejuízo causado ao erário.

10. Ademais, alegaram a superveniência de fatos novos consistentes na absolvição na esfera criminal, Ação Penal nº 2000.01.1.024000-9, das acusações de concussão (as provas foram consideradas suficientes para condenação) e corrupção passiva (João Batista Borges) e de corrupção ativa (Hélio Alves dos Santos, Gilvan Mateus de Oliveira e Jocilon Barbosa Pires de Souza).

11. No ponto, já manifestei entendimento no sentido de que no ordenamento pátrio subsiste a independência das instâncias civil, penal e administrativa como regra para a apuração de fatos decorrentes de ilícitos. As decisões tomadas na esfera administrativa não estão vinculadas às decisões judiciais, exceto nos casos de sentença penal que negue a autoria ou conclua pela inexistência do fato. Importa dizer que a apreciação feita pelo Poder Judiciário não deve obstar a atuação da Corte de Contas, a não ser nos casos de trânsito em julgado da sentença penal nas hipóteses legais em que não mais caberia discutir a autoria ou a existência do fato.

12. Note-se que o Poder Judiciário apenas reconheceu a “atipicidade imputada aos acusados” (Hélio Alves, Gilvan Mateus, Jocilon Barbosa e João Batista), ressaltando que as condutas no sentido de dispensar os militares do serviço efetivo, ou ser dispensado para obtenção de materiais para uso da Corporação, não configurariam os tipos corrupção ativa nem passiva, a teor do estabelecido nos arts. 308 e 309



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4

Fls.:

Proc.: 10.118/05

Rubrica

do CPM. Ademais, o Comandante teria recebido materiais de construção de Jocilon Barbosa e de Gilvan Mateus e peças automotivas de Jocilon Barbosa. Tais fatos, de acordo com o Judiciário, não poderiam ser considerados como constitutivos dos tipos corrupção passiva ou concussão, podendo, todavia, constituir os tipos descritos nos arts. 319 (“Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal”) ou 324 (“Deixar, no exercício de função, de observar lei, regulamento ou instrução, dando causa direta à prática de ato prejudicial à administração militar”) do CPM, cujas penas são mais brandas. Assim, Hélio Alves, Gilvan Mateus, Jocilon Barbosa, foram absolvidos da acusação de corrupção ativa e corrupção passiva, por insuficiência de provas.

13. Não se vislumbrou que o Judiciário, nas hipóteses dos supracitados militares, tenha negado a autoria ou concluído pela inexistência do fato. Apenas reconheceu que as condutas dos militares não se amoldam aos tipos indicados ou que se amoldariam a outros tipos penais, razão pela qual desvinculada da decisão judicial as decisões em âmbito administrativo.

14. Os Srs. Luciano Alves de Santana e Gilberto Alves de Mesquita destacaram que foram absolvidos na citada Ação Penal, por insuficiência de prova, da acusação de terem sido beneficiados com dispensa de ponto por ter trabalhado na manutenção de veículos da PMDF em oficina particular ou para poder conciliar as atividades militares com a docência, não se aplicando a independência das instâncias. Ademais, ressaltou que os depoimentos foram colhidos sem o contraditório, houve inversão do ônus da prova e desnecessidade de ressarcimento em face de sua boa fé. O Sr. Sebastião Lobo da Luz Junior, militar não denunciado, fez as mesmas alegações finais dos militares citados. Tais questões foram exaustivamente discutidas nos autos, oportunidades em que o militar não comprovou o efetivo labor nas atividades militares, a teor do art. 333, inciso II, do CPC, que estabelece que o ônus da prova cabe “ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor”.

15. O Srs. Wagner Gomes da Silva e Adelino Carlos dos Santos, em relação ao conteúdo do parágrafo precedente, acrescentaram que houve violação à coisa julgada, porquanto a Corte, mediante Decisão nº 3.962/2003, na TCE objeto do Processo nº 054.002.160/2001, examinado nos autos do Processo nº 1.558/2001, reconheceu a ausência de prejuízo ao erário. Portanto, não poderia a Corte, agora, atribuir



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.4

Fls.:

Proc.: 10.118/05

Rubrica

responsabilidade pelo débito apurado no Processo nº 054.000.419/2005.

16. Os referidos militares incorrem em equívoco, pois o Processo 1.558/2001 cuidou de “Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades em decorrência de acúmulo de vencimentos percebidos pelos policiais militares daquela Corporação”, uma vez que também percebeu remuneração por ter sido empossado em cargo da ex-FEDF. Portanto, são processos que não se comunicam, totalmente distintos, não havendo impedimento para prolação de decisão em sentido oposto.

4. A Unidade Técnica, no mérito, manifestou-se em consonância com o entendimento deste representante Ministerial, pela negativa de provimento.

5. Todavia, foram juntados aos autos documentos dando conta da interposição da Ação Anulatória nº 2013.01.1.034682-7, com Agravo nº 2013.00.2.008062-6, e da Ação Declaratória nº 2013.01.1.024276-0, contra a Decisão TCDF nº 5.321/2012, objeto dos recursos em exame, ainda sem decisão definitiva, razão de a Unidade Técnica sugerir ao e. Tribunal sobrestar o julgamento de mérito dos recursos interpostos pelos militares nominados às fls. 1058/1059 até a decisão final da Ação Anulatória nº 2013.01.1.034682-7.

6. Não obstante o entendimento favorável deste representante Ministerial à independência das instâncias, na hipótese vertente, tratando-se de demanda judicial, ainda sem decisão definitiva, na qual se discute o teor da Decisão TCDF nº 5.321/2012, objeto dos recursos em exame, não vislumbro óbice ao sobrestamento proposto pela Unidade Técnica.

*7. Ante o exposto, em relação aos recursos em exame, opina este **Parquet** especializado por que o e. Tribunal acolha as sugestões da Unidade Técnica.”*

É o Relatório.



VOTO

9. Nesta fase analisa-se o mérito dos Recursos de Revisão interpostos pelos Senhores Hélio Alves dos Santos, Luciano Alves de Santana, Wagner Gomes da Silva, Adelino Carlos dos Santos, Gilvan Mateus de Oliveira, Gilberto Alves de Mesquita, Mardi Mohammad Sahori, Sebastião Lobo da Luz Júnior, João Batista Borges e Jocilon Barbosa Pires de Souza contra os termos da Decisão nº 5.321/12-CRR, **in verbis**:

DECISÃO Nº 5.321/12 (CRR)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] III - com esteio no inciso III, alíneas “b” e “c”, do art. 17 da Lei Complementar n.º 1/94, julgar irregulares as contas dos policiais militares envolvidos, condenando-os ao recolhimento aos cofres do Distrito Federal do valor de R\$ 589.304,27 (quinhentos e oitenta e nove mil e trezentos e quatro reais e vinte e sete centavos), atualizado monetariamente desde 04.04.2012 até a data do efetivo ressarcimento, em razão da percepção de salários sem a devida contraprestação dos serviços, conforme apurado no Processo nº 054.000.419/2005; [...] V - com fundamento no art. 57, I, da Lei Complementar nº 1/1994 c/c o art. 181 do RI/TCDF, aplicar multa individual nos valores fixados nos acórdãos apresentados pelo Relator, notificando os policiais militares apenados para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, comprovem perante este Tribunal o recolhimento dos respectivos valores aos cofres do Distrito Federal; [...]” (grifei)

10. O Corpo Técnico e o **Parquet** especial entendem que os argumentos não merecem ser acolhidos. No entanto, tendo em vista a juntada aos autos de documentação noticiando a interposição da Ação Anulatória nº 2013.01.1.034682-7, com Agravo nº 2013.00.2.008062-6, e da Ação Declaratória nº 2013.01.1.024276-0, contra a Decisão TCDF nº 5.321/12, sugerem o sobrestamento do julgamento de mérito dos Recursos de Revisão até deslinde das ações judiciais.

11. Ainda que a independência entre as instâncias esteja consolidada em nosso ordenamento pátrio, o sobrestamento da análise de mérito dos apelos demonstraria ser medida adequada, uma vez que o que se discute na esfera judicial é o teor da deliberação ora atacada.

12. No entanto, verifico que no período compreendido entre a elaboração dos Pareceres e a redação do presente Voto, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios proferiu decisão de mérito nas duas ações propostas pelos responsáveis.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4



13. No bojo da Ação Anulatória nº 2013.01.1.034682-7 foi proferido o Acórdão nº 842858, no qual restou consignada a improcedência do apelo dos responsáveis, bem como afastada a preliminar de decadência. O Judiciário atestou, ainda, a observância do devido processo legal pelo TCDF e chancelou a possibilidade de desconto em folha dos valores devidos pelos responsáveis, devido a comprovada má-fé dos agentes.

14. Não diferentes foram as conclusões daquela Corte Judiciária ao proferir, no bojo da Ação Declaratória nº 2013.01.1.024276-0, o Acórdão nº 746387, por meio do qual o TJDFT manifestou concordância com o andamento e o desfecho destas contas especiais.

15. Constatada a má-fé dos responsáveis perceberem salários sem a devida contraprestação e não havendo qualquer questão que impeça o julgamento imediato do apelo por eles interposto, alinho-me às ponderações emanadas pelos pareceres para negar provimento aos Recursos de Revisão ora analisados.

16. No que pertine ao requerimento de parcelamento dos valores referentes ao débito e à multa impostos ao servidor militar Pedro Malaquias Barros, não vislumbro óbice à sua concessão, nos termos requeridos pela parte.

17. Por fim quanto aos comprovantes de pagamento de débito e de multa apresentados pelos servidores militares Vilmar Pinto Monteiro e Klepter Rosa Gonçalves (fls. 948, 953, 966), verifica-se que com relação à multa não houve a devida atualização monetária. Todavia, correto o posicionamento da Instrução, no que foi acompanhado pelo **Parquet**, de considerá-los, em atenção ao princípio da economicidade, quites com o erário distrital.

Com estes esclarecimentos, de acordo com os Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento:

a) do Ofício nº 488/13-SSDCF e anexos (fls. 951/954);

b) dos documentos acostados às fls. 946/948, 966, 1.079/1.143, 1.144, 1.146/1.202 e 1.204/1.206;

c) do Parecer nº 377/13-DA (fls. 1.072/1.077);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4



II. negue provimento aos Recursos de Revisão interpostos pelos militares relacionados às fls. 1.058/1.059, mantendo incólumes os termos da decisão recorrida;

III. considere quites com o erário distrital os servidores militares Vilmar Pinto Monteiro e Klepter Rosa Gonçalves no tocante ao débito e as multas que lhes foram imputados pela Decisão nº 5.321/12 (Acórdãos nºs 299/12 e 301/12);

IV. autorize, com fulcro no art. 27 da Lei Complementar nº 01/94, o parcelamento do débito e da multa imputados a servidor militar Pedro Malaquias Barros, por meio dos Acórdãos nºs 285/12 e 301/12, na forma solicitada, devendo o saldo devedor ser atualizado em janeiro de cada ano, a partir de 2013, nos termos da Lei Complementar nº 435/01, até a completa extinção da dívida;

V. dê ciência da decisão que vier a ser proferida aos interessados e à PMDF;

VI. autorize:

a) o encaminhamento de cópia do expediente de fl. 1.144 à PMDF, com vistas à implementação dos descontos nos proventos do servidor militar Pedro Malaquias Barros;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências devidas.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2015.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II), em 9.12.2015



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.4



ACÓRDÃO Nº ____/2015

Ementa: Tomada de Contas Especial. Percepção de salário sem a contraprestação laboral. Imputação de débito. Julgamento irregular das contas e aplicação de multa. Recolhimento dos valores. Quitação ao responsável.

Processo TCDF nº: 10.118/05 – 07 volumes

Apenso nº: 054.000.419/05 – 04 volumes

Nome/Função/Período: Vilmar Pinto Monteiro (soldado da PMDF à época dos fatos) e Klepter Rosa Gonçalves (1º Tenente da PMDF à época dos fatos)

Entidade: Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF

Relator: Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Unidade Técnica: Secretaria de Contas - SECONT

Representante do MP: Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, no sentido de dar quitação ao responsável indicado, com fundamento nos artigos 24 e 28 da Lei Complementar nº 01/94, em face do pagamento do débito e da multa que lhes foi aplicada pela Decisão nº 5.321/12.

ATA da Sessão Ordinária nº ____ de 2015

Presentes os Conselheiros: _____

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s) _____

Representante do MP presente: Procurador(a) _____

ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA
PRESIDENTE

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
CONSELHEIRO - RELATOR

Fui presente:

Representante do MP